



Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

“A TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES NA UNIÃO EUROPEIA”

Bernardo João Barros Cardoso

Orientação: Mestre Joaquim José Miranda Sarmiento

Júri:

Presidente: Prof. Doutor Paulo Alexandre Lopes Henriques

Vogais: Mestre Tiago Rodrigo Andrade Diogo

Setembro/2012

Resumo

Este trabalho foca-se na evolução da tributação sobre o rendimento das sociedades nos 27 Estados-membros (EM) da União europeia (UE), recorrendo a quatro categorias de indicadores: o imposto sobre as sociedades em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o imposto sobre as sociedades em relação à tributação total, as taxas estatutárias ou nominais de tributação e as taxas médias implícitas de tributação. Estes quatro indicadores são analisados no período compreendido entre 1998 a 2009.

Os principais objetivos consistiram em analisar a atual situação da tributação na UE e Zona Euro em 2009, compreender a evolução e as principais tendências do período em análise e comparar a posição de Portugal.

Foram também analisados, a relação entre a variação das receitas em % do PIB e a variação da taxa estatutária, assim como a relação entre a variação das receitas em % do PIB e a variação da taxa média implícita.

Os resultados indicam que em média o nível de tributação sobre as sociedades diminuiu significativamente na maioria dos EM da UE, incluindo Portugal e Espanha, com as taxas médias de tributação e as taxas médias implícitas a corroborarem esta tendência. Contudo, é importante referir que os dados relativos ao período compreendido entre 2007 e 2009 registaram uma diminuição significativa em todos os indicadores, resultado da conjuntura económica desfavorável. Constatou-se igualmente que a maioria dos EM registou uma diminuição das receitas em % do PIB face à respetiva diminuição tanto da taxa estatutária como da taxa média implícita.

Palavras-Chave: Tributação sobre o rendimento das sociedades, taxa estatutária ou nominal do imposto, taxa média implícita, sistema fiscal, tributação europeia.

Abstract

This work focuses on the evolution of the income taxation in the Member States' corporations of the European Union, and is based on four categories of indicators. These are the corporate income tax as % of GDP, the corporate income tax as % of total taxation, the statutory or nominal taxation rates and the implicit tax rates in %. These four indicators were analysed from 1998 to 2009.

The main objectives consisted of analyzing the current tax situation in the European Union and the Euro Zone in 2009, of understanding the evolution and main trends during the period under examination and of comparing the positions of Portugal and Spain.

An analysis followed of the relation between the GDP variation of income in % and the variation of the statutory tax, as well as the relation between the variation of the GDP income in % and the variation of the implicit tax rate.

The results indicate that on average the corporate income tax decreased significantly in the majority of the European Union Member States, including Portugal and Spain, where the average taxation rates and the implicit tax rate supported this trend. However, it is important to mention that the data related to the period between 2007 and 2009 registered a significant decrease in all the indicators as a result of the unfavorable economic situation. It was also possible to observe that the majority of the Member States showed a decrease in the revenues as a % of GDP against a corresponding decrease both in the statutory tax rate and implicit tax rate.

Key-Words: Corporation income tax, statutory or nominal tax, implicit tax rate, tax system, European taxation.

Índice

1	Introdução.....	1
2	Revisão da Literatura.....	4
3	Metodologia e dados.....	8
4	Análise da tributação sobre o rendimento das sociedades na União Europeia 27.....	10
4.1)	IRC em % do PIB.....	10
4.2)	IRC em % da Tributação total.....	13
4.3)	Taxas estatutárias.....	15
4.4)	Taxa média implícita.....	19
5	Conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros.....	22
	Referências bibliográficas.....	28
	Anexos.....	30

Lista de gráficos e tabelas

Lista de gráficos

Gráfico 1- IRC em % do PIB para 2009.....	11
Gráfico 2- Variação do IRC em % do PIB para 1998-2009.....	12
Gráfico 3- Evolução de 1998-2009 da UE-27 vs ZonaEuro-17 vs Portugal vs Espanha.....	12
Gráfico 4- IRC em % da tributação total em 2009.....	13
Gráfico 5 - Variação do IRC em % da tributação total para 1998 a 2009.....	14
Gráfico 6 - Evolução de 1998-2009 da UE-27 vs ZonaEuro-17 vs Portugal vs Espanha.....	15
Gráfico 7 - Taxa estatutária do imposto em 2009.....	17
Gráfico 8 - Variação da taxa estatutária de 1998 a 2009.....	17
Gráfico 9 - Evolução de 1998-2009 da UE-27vs Zona Euro-17vs Portugal vs Espanha.....	18
Gráfico 10 - Taxa média implícita em 2009.....	19
Gráfico 11 - Variação da taxa média implícita de 1998 a 2009.....	20
Gráfico 12 - Evolução de 1998 a 2009 da UE vs Zona Euro vs Portugal vs Espanha.....	21
Gráfico 13 - Variação do IRC em % do PIB vs Variação da tx estatutária de 1998 a 2009.....	24
Gráfico 14 - Variação do IRC em % do PIB vs Variação da tx média implícita de 1998 a 2009.....	26

Lista de tabelas

Tabela 1 - Análise do gráfico13.....	25
Tabela 2 - Análise do gráfico 14.....	27
Tabela 3 - IRC em % do PIB de 1998 a 2009.....	30
Tabela 4 - IRC em % da tributação total de 1998 a 2009.....	30
Tabela 5 - Taxa estatutária do imposto de 1998 a 2009.....	31
Tabela 6 - Taxa média implícita de 1998 a 2009.....	31

Lista de Acrónimos

EM – Estado-Membro

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IRC – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

p.p. – pontos percentuais

UE – União Europeia

Agradecimentos

A realização desta tese teve o incentivo e colaboração de várias pessoas, às quais quero desde já expressar o meu total agradecimento.

Gostaria de começar por agradecer ao Mestre Joaquim Miranda Sarmiento pelo apoio, empenho e disponibilidade que demonstrou ao longo destes meses. O seu precioso contributo, dado através dos seus comentários, críticas e esclarecimentos, tornaram possível a realização desta tese.

À minha namorada por toda a força, vontade e motivação que sempre transmitiu e que sem dúvida tiveram uma influência muito importante ao longo desta fase.

Aos meus pais e avós por me terem dado a oportunidade de chegar a este nível académico. Agradeço toda a confiança, esforço e carinho que deram ao longo de todo o meu percurso e que sem dúvida foi fundamental.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a evolução da tributação sobre as sociedades nos países da União Europeia (UE) entre 1998 (ano anterior à adesão ao euro) e 2009, em termos da carga e taxa fiscal. Adicionalmente, procurou-se analisar quais as principais tendências desta evolução e comparar a evolução de Portugal com a da UE e de Espanha.

A globalização da atividade económica, nomeadamente a integração dos mercados de bens e serviços e dos mercados de capitais, veio afetar significativamente a alocação dos recursos numa economia mundial integrada.

Desta forma, a política orçamental adotada pelos 27 países da UE foi também afetada por este tema. Este aumento da mobilidade de investimento, através da redução das barreiras à circulação de bens, serviços e capitais, levou as empresas a localizarem os seus investimentos onde os impostos fossem mais favoráveis e, portanto, onde o investimento fosse mais rentável. Esta competição fiscal tende a dificultar cada vez mais a tributação sobre os rendimentos, uma vez que os mesmos tendem a fluir para os estados que aplicam taxas mais reduzidas, nomeadamente, os novos Estados-membros.

Assim, tendo em conta esta tendência, os países da UE têm procurado atrair/reter investimento através da redução das taxas de impostos sobre o rendimento das sociedades.

Neste contexto existe uma preocupação cada vez maior com as questões relacionadas com a competitividade fiscal, nomeadamente, o aumento da mobilidade de capital conduzir a uma redução significativa das taxas de tributação.

No sentido de evitar esse cenário, a Comissão Europeia e a OCDE¹ defendem uma coordenação internacional de forma a alcançar uma taxa de tributação comum, evitando assim, uma competição fiscal, no seu entender considerada prejudicial. A razão prende-se com o facto da mesma poder levar os governos a depender cada vez mais dos impostos sobre os fatores com menor mobilidade, nomeadamente, os impostos sobre o trabalho e o consumo. Além disso, as diferenças e incompatibilidades entre os sistemas nacionais de tributação sobre os lucros das empresas distorcem os investimentos, complicam o sistema tributário e dão origem a conflitos entre os contribuintes e a administração fiscal e entre as autoridades fiscais dos diferentes países.

¹ Link para a comunicação da Comissão Europeia:
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1997:0495:FIN:EN:PDF>

No entanto, as iniciativas internacionais da Comissão Europeia e OCDE a favor da coordenação internacional de uma taxa comum sobre as empresas numa base multilateral dentro da UE não têm sido bem-sucedidas. Nesta matéria os Estados-membros têm mostrado uma grande resistência, uma vez que os mesmos apresentam uma elevada dependência das receitas fiscais e, por outro lado uma necessidade da soberania fiscal para captar investimento.

Neste sentido e, tendo em conta que a especificidade e aplicação da política orçamental de um determinado Estado-membro é diferente da política adotada relativamente aos outros países membros, é fundamental para as sociedades perceberem qual o impacto que o sistema tributário terá sobre a sua atividade económica. Assim, antes da tomada de decisão de uma sociedade sobre o local de um possível investimento, é fundamental compreender as taxas de tributação, nomeadamente, as taxas estatutárias nacionais; as regras no cálculo das depreciações e amortizações; provisões e amortizações; deduções e isenções; benefícios fiscais; tributação das mais-valias; crédito de imposto nos investimentos estrangeiros, entre outros.

Este estudo analisa o sistema tributário dos 27 Estados-membros da UE, utilizando quatro categorias de indicadores, com objetivo de medir o peso da tributação sobre o rendimento das sociedades, no período de 1998 a 2009. Posto isto, as quatro categorias utilizadas foram: o peso do imposto sobre as sociedades em relação ao PIB, o peso do imposto sobre as sociedades em relação à tributação total, as taxas estatutárias do imposto e as taxas médias implícitas de tributação.

Os resultados deste estudo indicam que, de acordo com a análise efectuada relativamente à tributação sobre o rendimento das sociedades na UE, de 1998 até 2009, a média das taxas estatutárias do imposto sobre as sociedades baixaram de 34,1% para 23,5%, com Espanha e Portugal a registarem uma redução de 5 p.p. e 10,9 p.p., respetivamente. Contudo, esta redução foi acompanhada de um alargamento da respetiva base tributável, que foi influenciada, por um lado, pelas regras aplicáveis à sua determinação e, por outro lado, pela evolução da própria economia.

Tendo por base o indicador da taxa média implícita e com o objetivo de avaliar o impacto “real” da tributação sobre o lucro tributável das sociedades, constatou-se que a maioria dos Estados-membros registou uma diminuição da taxa média implícita, com Portugal e Espanha a seguirem a tendência.

Por fim e, tendo em conta a evolução destes dois indicadores, foram realizadas algumas análises complementares com o objetivo de compreender a relação entre a variação

do peso das receitas em % do PIB com a variação de cada um dos indicadores anteriormente mencionados.

Através desta análise foi possível constatar que na maioria dos Estados-membros se registou uma diminuição do peso das receitas em % do PIB, assim como, dos dois indicadores relacionados. No entanto esta diminuição não foi proporcional, existindo um elevado nível de dispersão.

O presente trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: no capítulo dois é feita uma breve revisão da literatura. No capítulo três apresenta-se a metodologia, nomeadamente, a seleção e apresentação dos indicadores e respetivos dados utilizados para a análise. O capítulo quatro apresenta uma descrição e análise comparativa da tributação sobre o rendimento das sociedades, no período de 1998 a 2009, tendo por base dados disponíveis em fontes oficiais, para as quatro categorias distintas. No quinto e último capítulo, são apresentadas as conclusões deste estudo, assim como, as limitações encontradas e sugestões futuras.

2. Revisão da literatura

A globalização da atividade económica e, consequente crescimento das sociedades multinacionais trouxeram uma nova realidade que dificulta e condiciona o estabelecimento das políticas orçamentais nacionais. Esta é expressa através da crescente mobilidade dos fatores de produção, nomeadamente, os capitais que incentivam a procura de investimentos ou desinvestimentos nos diferentes países (Lorenz, 2007).

De acordo com Buijink, Janssen e Schols (2002), nos últimos anos tem-se assistido a uma diferença cada vez mais acentuada entre as políticas orçamentais adotadas pelos diferentes países da UE, dando origem a uma reflexão política cada vez mais ativa sobre este tema. Os autores salientam que o motivo desta reflexão prende-se com o facto da carga tributária representar uma saída de dinheiro para as empresas, afetando assim a atratividade dos países da UE como destino de constituição de uma empresa, assim como potencial destino nas decisões de localização das operações de uma empresa. Neste sentido, a discussão sobre este tema é do interesse tanto dos governos, uma vez que têm como objetivo serem um local atrativo para as empresas, como das empresas, que procuram otimizar os seus investimentos.

Segundo Hanlon e Heitzman (2010), a tributação tem um papel fundamental no processo de tomada de decisão por várias razões, entre elas, a utilização da política orçamental por parte dos governos de forma a fornecer incentivos ou desincentivos para determinadas ações (por exemplo: o investimento). Os efeitos destes impostos condicionam as decisões empresariais e determinam a eficácia das políticas.

Desta forma, segundo Slemrod (1992b) é possível resumir algumas evidências sobre a relação entre o investimento e a tributação que podem ser interpretadas através de três categorias: o calendário das transações económicas, que são sensíveis aos incentivos fiscais; um novo formato de alterações financeiras e de modificações ao nível da contabilidade; e decisões reais ao nível empresarial e individual.

Bond, Chennells, Devereux, Gammie e Troup (2000) salientam que a base da tributação sobre as empresas é calculada através dos lucros ou rendimentos de uma empresa. Estes referem que é importante perceber que diferentes bases tributárias em vigor poderão levar a diferenças significativas nos pagamentos de impostos sobre a mesma atividade básica, mesmo que a taxa de imposto sobre as empresas seja idêntica nos diferentes países. Por

exemplo, um país que ofereça incentivos fiscais à depreciação torna-se mais atrativo para o investimento, por outro lado, um país que apresente incentivos fiscais para lucros auferidos no exterior revela-se um local privilegiado para a constituição de uma sede de empresas internacionais.

De acordo com Pereira (2011), a política orçamental adotada por cada país torna-se assim cada vez mais complexa, tendo a carga tributária exercida sobre o rendimento das empresas influencia sobre o sistema fiscal praticado nos outros países, uma vez que atrair os fatores de produção e dissuadir as empresas de se (re)localizarem no estrangeiro é um dos principais requisitos a considerar pelo sistema fiscal de um país. Posto isto, é possível perceber o interesse dos países em atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE), principalmente porque quanto maior for, maior será o seu desenvolvimento económico e social.

Desta forma, os governos recorrem aos incentivos fiscais, reduzindo a taxa de imposto sobre as empresas como estratégia para atrair o IDE. Assim, os países aumentam a rentabilidade do IDE e, por sua vez, a sua atratividade como país destino (Moore e Ruane, 2005).

Segundo Hansson e Olofsdotter (2010) a questão da competição fiscal, juntamente com o aumento da integração económica mundial, em particular o alargamento da UE, têm um papel cada vez mais importante e determinante na heterogeneidade em termos da estrutura económica e financeira dos Estados-membros.

Estes defendem que o sistema fiscal praticado pelos vários países é responsável pela dispersão geográfica dos ativos de propriedade estrangeira, sendo também um fator determinante na estrutura financeira de um IDE, que pode ser composto por capital novo, resultados retidos e capital alheio. A combinação destes três fatores é explicada pelas diferentes taxas de imposto a que as sociedades estão sujeitas. Ou seja, quando as taxas de impostos praticadas nos diferentes Estados são distintas, as empresas têm incentivos em localizarem os seus rendimentos nos países com taxas de imposto mais reduzido e as respetivas deduções nos países de elevada tributação. Esta é uma realidade comum, principalmente, nas empresas multinacionais que usam a dívida para financiar subsidiárias em países com taxas de imposto altas e capitais próprios para financiar as subsidiárias em países com taxas de impostos baixos (Pereira, 2011).

Além das taxas de imposto sobre as empresas, as regras que regem a tributação de rendimento estrangeiro também são um determinante da estrutura financeira do IDE. Segundo

Frenkel, Razin e Sadka (1990), o tratamento fiscal usado pelos países de forma a tributar o rendimento estrangeiro das empresas residentes e o rendimento das empresas não-residentes pode ser feito tendo em conta duas formas distintas: através do método da dedução do imposto ou de um método de crédito de imposto. O primeiro caso significa que o imposto pago no país estrangeiro é deduzido do lucro tributável no país de origem, enquanto no segundo caso o imposto pago no estrangeiro é deduzido na responsabilidade fiscal no país de origem, ou seja, a empresa recebe um crédito fiscal no valor do imposto que pagou para deduzir na obrigação fiscal resultante desse lucro.

De acordo com Moore e Ruane (2005), o IDE originário de países que operam através do método de dedução do imposto é provável que apresente uma maior proporção de financiamento da dívida, uma vez que é possível proteger os lucros das taxas de imposto, havendo possibilidade de poupança fiscal. Esta realidade é totalmente oposta para países que atuam sobre o método do crédito de imposto, pois elimina o benefício das empresas usarem dívida nos seus investimentos, uma vez que os lucros tributáveis serão alvo de impostos mais elevados de repatriamento, sendo indiferente usar dívida, capital próprio ou resultados retidos.

No entanto, de acordo com Singh e Hodder (2000), o facto das empresas apresentarem taxas mais elevadas de alavancagem para países com elevada tributação não é totalmente linear, uma vez que o uso da dívida também aumenta os custos, os riscos de perder os benefícios fiscais, a probabilidade de dificuldades financeiras e o custo de gestão. Por outro lado, Elscher e Vanborren (2009) salientam que independentemente da abordagem usada, o impacto da tributação depende de uma série de características do sistema fiscal, nomeadamente, da taxa de imposto estatutária, dos subsídios de capital, do tratamento de rendimentos estrangeiros, dos impostos pagos pela riqueza da empresa, do tratamento ao nível da empresa e pessoal dos dividendos pagos pela empresa e dos impostos sobre os ganhos de capital a nível pessoal.

Assim sendo, percebe-se que o sistema fiscal de um país é um fator essencial na decisão da localização de um determinado investimento, uma vez que afeta o custo de capital (taxa mínima de retorno antes de impostos exigida pelos investidores). Desta forma e, tendo em conta que o custo de capital é igual à taxa de juro real de mercado, na ausência de impostos se o peso da tributação reduzir o custo de capital para valores abaixo da taxa juro real de mercado, então o mesmo condiciona a escolha de investimento das empresas sobre investimentos alternativos.

Considera-se assim, de acordo com Hall e Jorgenson (1967), que o custo do investimento é uma função dos retornos necessários para a dívida e capital próprio e um ajuste de impostos empresariais. Neste sentido é importante perceber que os impostos sobre o rendimento aumentam o custo de investimento/capital (desincentivo), enquanto as provisões para depreciação e créditos fiscais ao investimento reduzem o respetivo custo (incentivo).

Neste contexto, e tendo em conta que o sistema fiscal é diferente em cada Estado-membro, serão enumerados e explicados, no capítulo seguinte, os indicadores utilizados para medir o nível de tributação sobre o rendimento das sociedades na UE, assim como, os dados utilizados no período em estudo.

3. Metodologia e dados

Para a realização deste estudo foi necessário a recolha dos dados relativos aos quatro indicadores em análise: imposto sobre as sociedades em relação ao PIB; imposto sobre as sociedades em relação à tributação total; taxas estatutárias ou nominais de tributação; e as taxas médias implícitas de tributação. Estes quatro indicadores são analisados no período compreendido entre 1998 a 2009, para os 27 Estados-membros da UE, com base na publicação do Eurostat, edição de 2011, “Taxation Trends in the European Union”.

De seguida, serão apresentados os quatro indicadores:

1. Imposto sobre as sociedades em relação ao PIB:

Este indicador é calculado através do rácio das receitas dos impostos sobre o rendimento das sociedades em relação ao PIB. Serve, por um lado, para evidenciar a evolução da carga fiscal sobre os rendimentos das sociedades e, por outro, para analisar a evolução da base tributável deste imposto em relação ao PIB.

2. Imposto sobre as sociedades em relação à tributação total:

O rácio entre o imposto sobre o rendimento das sociedades e a tributação total tem como objetivo analisar a evolução das receitas fiscais proporcionadas por este imposto expressas em % da tributação total, determinando também o peso dessas receitas em relação à tributação total do país.

3. Taxas estatutárias ou nominais de tributação:

De acordo com Oliveira e Santos (2005), é a taxa aplicável à matéria coletável de acordo com a legislação fiscal em vigor, tratando-se do indicador mais básico ao nível da fiscalidade. Estas taxas podem, então constituir um primeiro indicador do nível de tributação, sendo que este, não depende apenas da taxa estatutária em vigor mas também das regras de apuramento da respetiva base tributável, as quais podem desempenhar um papel determinante nas decisões de localização da atividade empresarial. Os regimes fiscais são concebidos como sistemas integrados e em geral taxas estatutárias mais reduzidas (elevadas) tendem a ser,

ainda que parcialmente, compensadas pelo alargamento (diminuição) das respetivas bases tributárias.

4. Taxas médias implícitas de tributação:

Segundo Devereux, Griffith e Klemm (2002), as taxas médias implícitas de tributação têm por objetivo avaliar o efeito de decisões empresariais passadas, ou seja, captar o impacto do imposto sobre os rendimentos em qualquer período transato das decisões de investimento de uma empresa. Estas taxas, catalogadas como indicadores “backward-looking” são úteis para analisar os efeitos da distribuição da tributação e desadequadas para avaliar os efeitos do sistema tributário como um fator de decisão de localização de um investimento.

Com base no que foi apresentado anteriormente, passar-se-á à análise dos indicadores, tendo por base os gráficos e tabelas (em anexo), sobre a tributação do rendimento das sociedades na UE.

4. Análise da tributação sobre o rendimento das sociedades na U.E -27

Neste capítulo é realizada uma análise às quatro categorias de indicadores das taxas de imposto sobre o rendimento das sociedades, nomeadamente: 1) IRC em % do PIB, 2) IRC em % da tributação total, 3) taxa estatutária do imposto e 4) taxa média implícita do imposto, para o período de 1998 a 2009, tendo como principal objetivo os seguintes parâmetros:

- Analisar a atual situação da tributação na UE e Zona Euro em 2009
- Compreender a evolução e as principais tendências de 1998 a 2009 da tributação sobre o rendimento das sociedades
- Comparar a posição de Portugal e Espanha face ao resto dos Estados-membros que compõem a UE

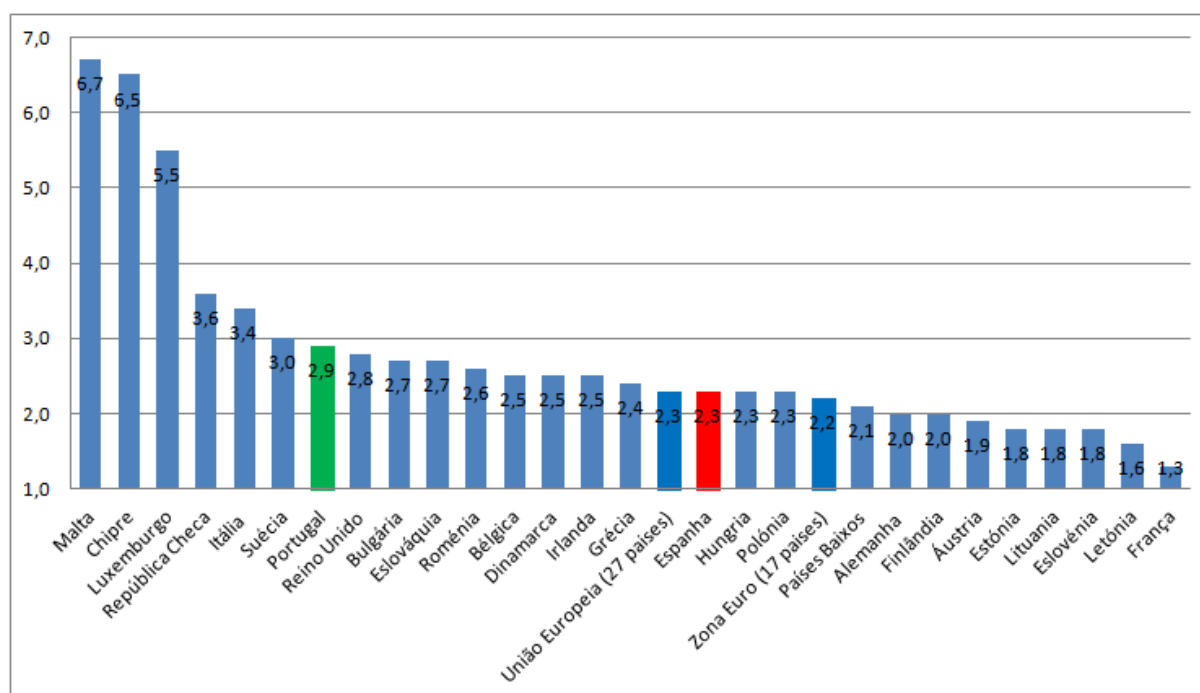
Posto isto, ir-se-á abordar estes três pontos, para cada tipo de indicador, tendo por base a informação disponível por parte da Comissão Europeia.

4.1 IRC em % do PIB

Conforme é visível no gráfico 1, verifica-se que a média da UE-27 e Zona Euro-17 é muito próxima (diferença de 0,1 p.p.), representando cerca de 2,3% do PIB referente à UE.

Analisando individualmente os países da UE, nomeadamente Portugal, verifica-se que este se situa acima da média, com um valor de 2,9%, apresentando a sétima % mais elevada face aos restantes Estados-membros. Já Espanha apresenta uma receita de imposto em % do PIB de 2,3%, situando-se em conformidade com a média da UE. Por outro lado, pode-se também concluir que existe um elevado nível de dispersão, com Malta (país que mais receitas gerou em toda a UE), Chipre e Luxemburgo a exibirem % acima dos 5,5%, e, em contrapartida, França e Letónia com valores abaixo dos 1,6% do PIB.

Gráfico 1. IRC em % do PIB para 2009

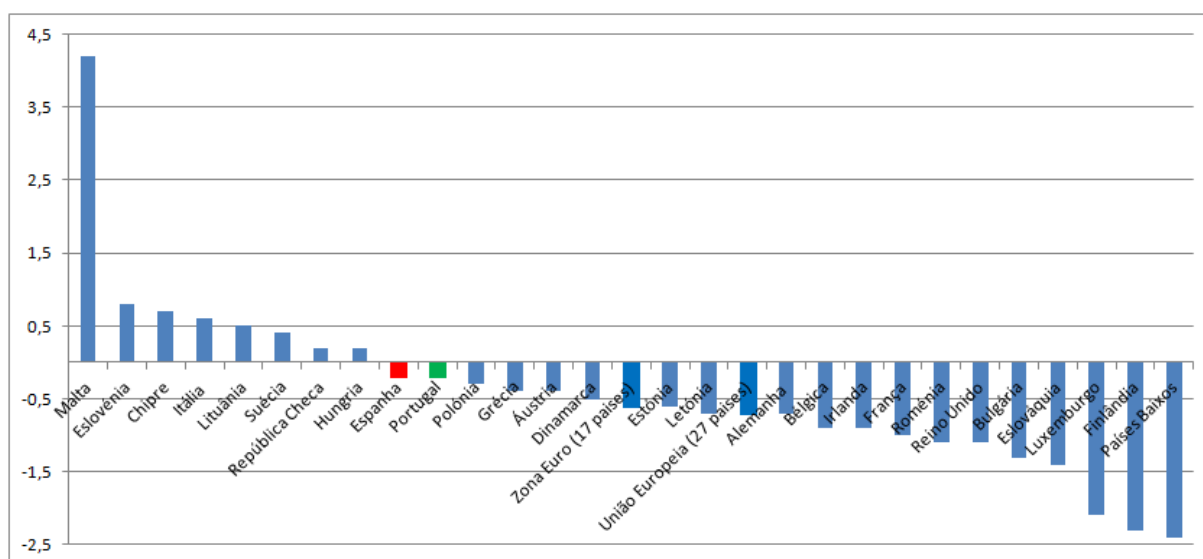


Fonte: Eurostat (2011)

A tabela 3 (em anexo) mostra um aumento na União Europeia do peso das receitas do imposto em função da % do PIB de 0,4 p.p., entre o período de 1998 a 2007, havendo no entanto um decréscimo nos últimos dois anos de 1,1 p.p.. No entanto, se se considerar a variação de 1998 a 2009, a evolução média é marginal, cerca de -0,7 p.p..

Tendo em conta a variação por país, na maioria foi pouco significativa, variando entre os -2,0 p.p. e os 0,5 p.p.. No entanto, é de referir que Portugal e Espanha apresentam uma quebra inferior à média da UE, de 0,2 p.p.. Já Malta apresenta-se como um “outlier” desta tendência com uma variação positiva de 4,2 p.p., contudo esta tem pouco peso para a média. (gráfico 2)

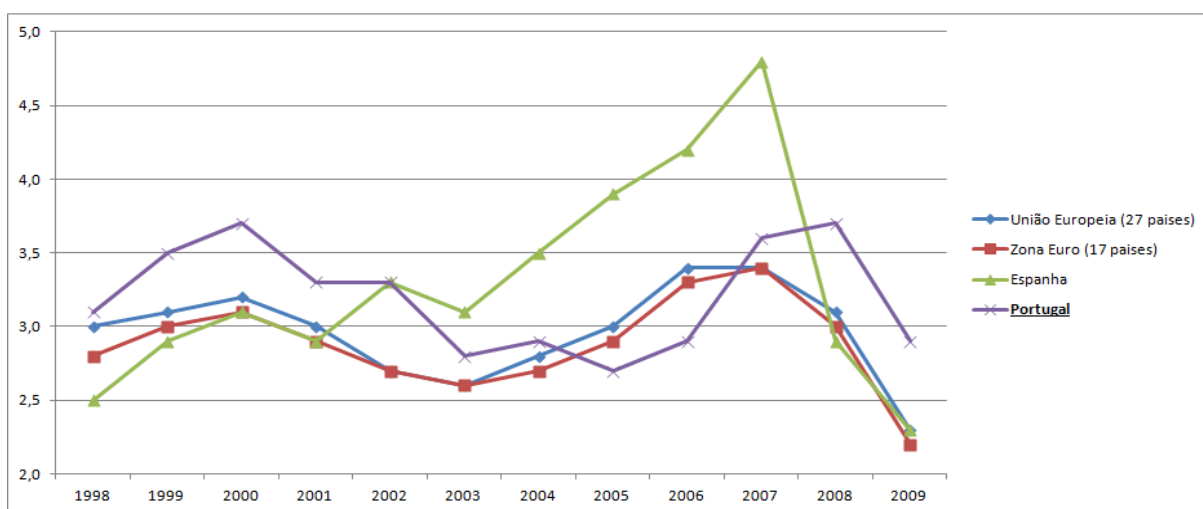
Gráfico 2. Variação do IRC em % do PIB para 1998-2009



Fonte: Eurostat (2011)

Relativamente à evolução da receita em % do PIB, para a UE e Zona Euro, esta teve uma variação reduzida, o que mostra estabilidade durante o período em análise (a análise do gráfico 2 é complementar à do gráfico 3). Já Portugal tem tido frequentemente uma % acima da média, sendo que esta tendência só não se registou nos anos de 2005 e 2006. Por outro lado, Espanha apresenta uma % bastante superior à média da UE, sendo de referir que a partir de 2007 houve um decréscimo para valores idênticos à média. Este facto, em parte, pode ser explicado pela crise financeira que afetou todos os setores económicos, levando ao consequente decréscimo da atividade económica. (gráfico 3)

Gráfico 3. Evolução de 1998-2009 da UE-27 vs ZonaEuro-17 vs Portugal vs Espanha



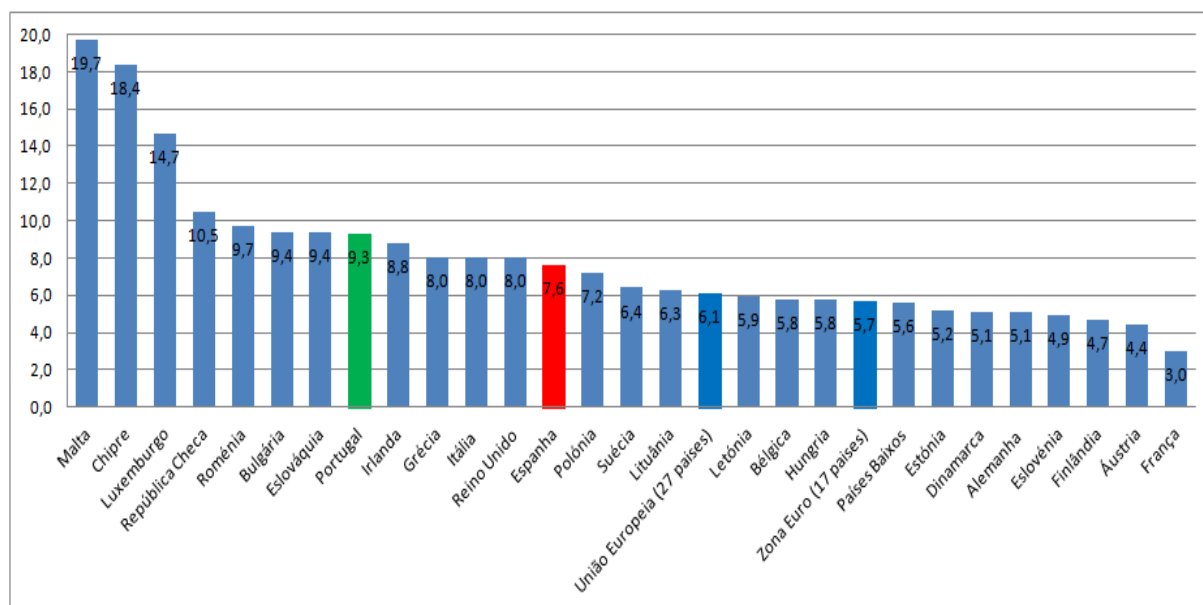
Fonte: Eurostat (2011)

Após efetuada a análise deste indicador torna-se importante compreender e relacionar a evolução das receitas fiscais em função da tributação total, tendo como principal foco a evolução de Portugal e Espanha face à média da UE e respetiva Zona Euro, tema que será abordado no subcapítulo que se segue.

4.2 IRC em % da tributação total

Relativamente a este indicador, e tendo por base o gráfico 4 pode-se concluir que as médias da UE-27 e Zona Euro-17 continuam relativamente próximas (com uma diferença de 0,4 p.p.), sendo o peso da UE em relação à tributação total, cerca de 6,1%. Ou seja, no cômputo total da tributação, o imposto sobre as sociedades tem um peso relativamente pequeno, como é visível também nas receitas em % do PIB. Por outro lado, é possível observar um elevado nível de dispersão em relação a este indicador, uma vez que existem países como Malta, Chipre e Luxemburgo a apresentarem uma % muito acima da média, com valores superiores a 14,5% e países como a Áustria e França com valores inferiores a 4,5%. Já Portugal apresenta um valor muito superior à média da UE-27 e Zona Euro-17, com 9,3% da tributação total, que se traduz numa diferença de 3,2 p.p. e 3,6 p.p., respetivamente. A média das receitas fiscais da UE- 27 e Zona Euro-17 é também ultrapassada pela Espanha que apresenta 7,6% de receitas de impostos em % da tributação total.

Gráfico 4. IRC em % da tributação total em 2009

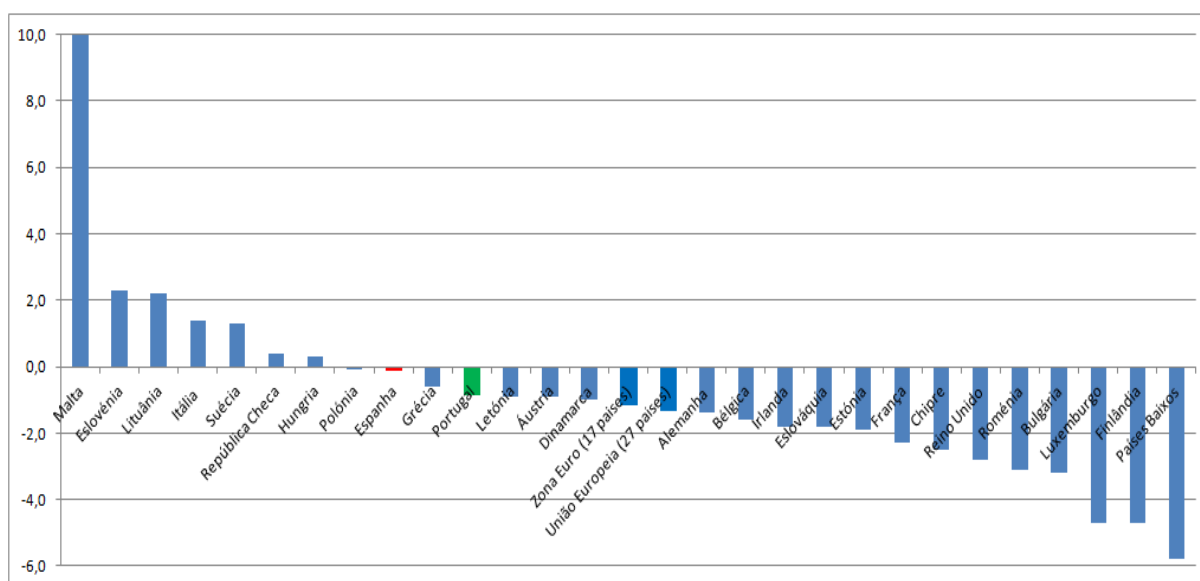


Fonte: Eurostat (2011)

Através da observação da variação do IRC em % da tributação total para o período em análise (gráfico 5), pode-se concluir que a variação e comportamento do mesmo seguem, de uma maneira geral, a mesma tendência do indicador anterior (IRC em % do PIB). Contudo, a evolução da variação média da UE é ligeiramente mais significativa, representando uma diferença de -1,3 p.p..

Comparando Portugal à média da UE, é notório que a variação face a este indicador é menos acentuada, uma vez que apresenta um desvio de -0,8 p.p., passando de 10,1% da tributação total para 9,3% da tributação total, no período em análise. Por outro lado, Espanha regista uma variação quase nula de -0,1 p.p., sofrendo ainda assim uma redução nas suas receitas fiscais. Os restantes Estados-membros, na sua maioria apresentam uma variação entre 1,4 p.p. a -3,2 p.p., sendo que Malta aparece novamente como um “outlier” desta tendência, apresentando uma variação completamente díspar face ao resto dos países (aumento de 10,0 p.p.).

Gráfico 5. Variação do IRC em % da tributação total para 1998 a 2009

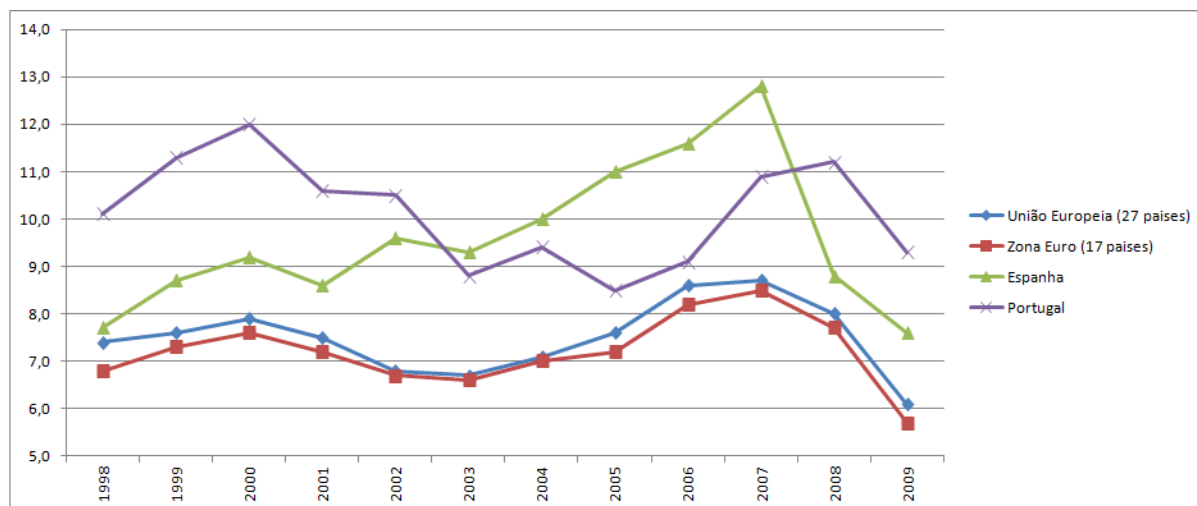


Fonte: Eurostat (2011)

Ao analisar a evolução deste indicador (gráfico 6), é possível identificar um comportamento e evolução semelhante à UE-27 e Zona Euro-17. Neste sentido, realça-se o facto de que a UE apresenta valores ligeiramente superiores ao longo de todo o período, comportamento também registado no gráfico 3. Já Portugal e Espanha apresentam uma % superior à média durante o período em análise, com Portugal a registar receitas de imposto em

% da tributação total superior a Espanha durante os períodos de 1998/2002 e 2008/2009. Esta evolução vem reforçar o comportamento do indicador anterior (receitas do imposto em % do PIB), mantendo assim a mesma tendência.

Gráfico 6. Evolução de 1998-2009 da UE-27 vs ZonaEuro-17 vs Portugal vs Espanha



Fonte: Eurostat (2011)

Sendo os dois indicadores, referidos anteriormente, importantes na perceção do peso das receitas fiscais na atividade económica da UE, o mesmo não acontece quando se compara o sistema fiscal aplicado em cada Estado-membro sobre o rendimento das sociedades. Neste sentido, torna-se necessário conhecer as taxas estatutárias aplicadas em cada país, uma vez que as mesmas representam um primeiro indicador do nível de tributação, tema abordado no subcapítulo seguinte.

4.3 Taxas estatutárias de tributação

Neste subcapítulo é importante referir que os valores aqui apresentados (gráficos 7,8 e 9; e tabela 5 em anexo) têm em conta as regras de tributação aplicadas em cada país. Refira-se que para as taxas de imposto local e as sobretaxas, o valor aqui apresentado é o mais elevado, uma vez que em vários países (exemplo: Portugal) existem taxas distintas. Neste sentido é importante perceber que em certos países existe a possibilidade de incentivos ou subsídios fiscais consoante o setor de atividade, sendo que os mesmos incidem em termos da aplicação da taxa e não em relação ao valor da matéria coletável.

Nesta sequência, é possível que o valor aqui apresentado seja inferior tendo em conta certas condições. Por exemplo, em Portugal o sistema tributário apresenta duas taxas de IRC consoante o valor dos lucros tributáveis², ou seja, para valores até 12.500€ (inclusive) a taxa é de 12,5% (esta taxa não é aplicável a empresas que tenham submetido a uma grande reorganização ou reestruturação após 31 de dezembro de 2008), sendo que para valores superiores, a mesma aumenta para os 25%³.

No entanto, estas taxas apresentam valores diferentes quando se considera as regiões autónomas. Por exemplo, nos Açores as taxas de 12,5% e 25% reduzem para os 8,75% e 17,5%, respetivamente, enquanto na Madeira as mesmas reduzem para 10% e 20%⁴. Para além deste imposto, os municípios podem cobrar uma sobretaxa indedutível até 1,5% do lucro tributável⁵.

Tendo em conta o gráfico 7, pode-se verificar que a média da taxa estatutária aplicada na Zona Euro-17 (25,6%) é superior à média da UE-27 (23,5%). Por outro lado, é visível que o único país pertencente à Zona Euro, que regista uma taxa inferior à UE, é a Irlanda com uma taxa de 12,5%. Este valor só é superior quando comparado com a Bulgária e o Chipre, ambos com uma taxa de 10%.

Relativamente à taxa aplicada em Portugal é de 26,5%, sendo superior à média dos Estados-membros. No entanto, esta é inferior em 3,5 p.p. à taxa aplicada em Espanha, que representa a quinta taxa mais elevada dos Estados-membros da UE. Relativamente aos restantes países, estes apresentam um nível de dispersão elevado, com Malta, França, Bélgica e Itália a aplicarem taxas superiores a 30% e Chipre, Bulgária, Irlanda e Letónia com uma taxa inferior a 16%.

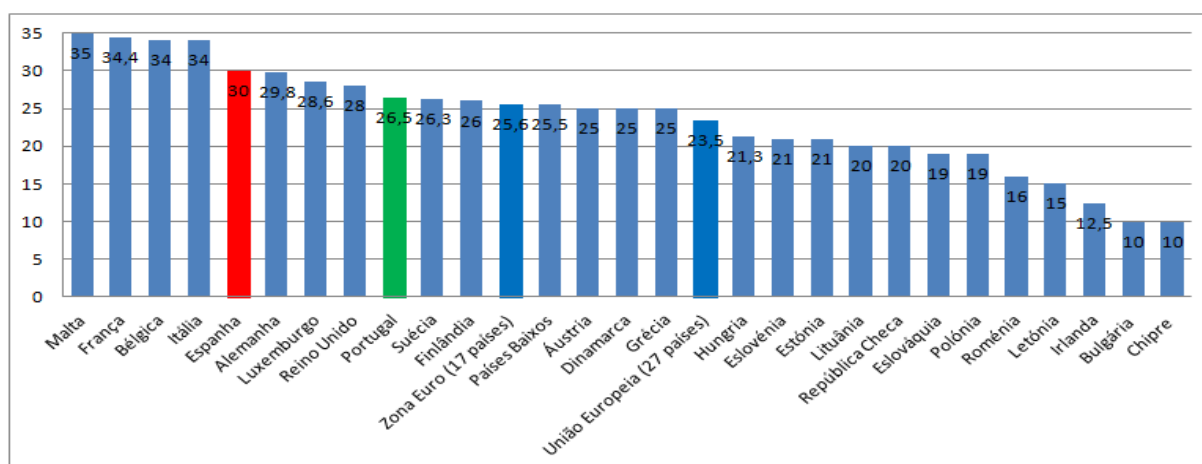
² Valor para entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes. Para as entidades residentes que não exerçam a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, as taxas aplicadas são de 20% para o Continente e Madeira e 14% para os Açores.

³ Taxas aplicáveis ao período em estudo.

⁴ Sendo de referir que as entidades instaladas na zona franca da Madeira e da ilha de Santa Maria nos Açores beneficiam de outros benefícios fiscais, nomeadamente a isenção de IRC, até 31 de Dezembro de 2011, desde que o exercício das suas atividades correspondam: à indústria qualificada, indústria dos transportes, gestão de fundos de investimento e gestão de participações sociais, sobre determinadas condições.

⁵ Na região autónoma da Madeira esta sobretaxa não é aplicável.

Gráfico 7. Taxa estatutária do imposto em 2009



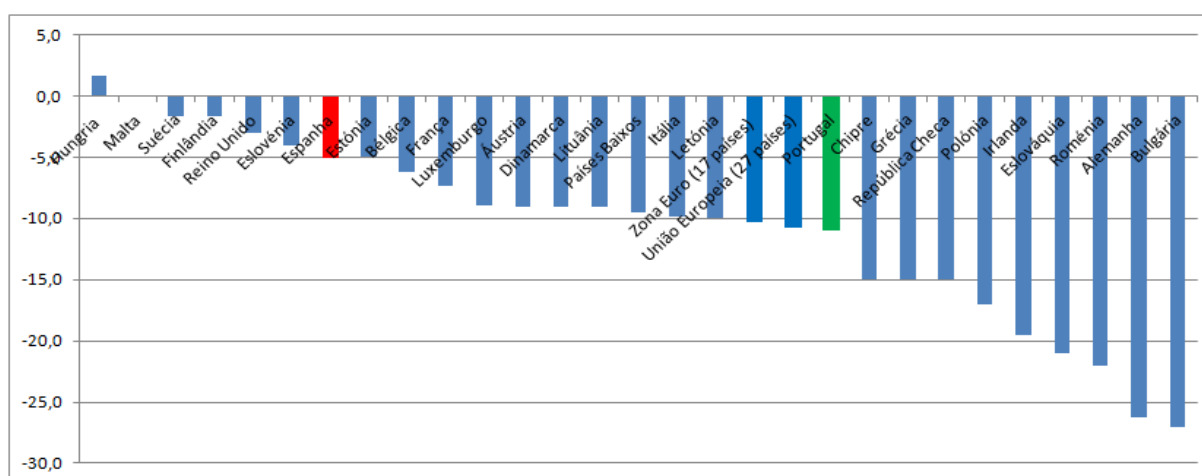
Fonte: Eurostat (2011)

No gráfico 8 apresenta-se a variação da taxa estatutária na UE, percebendo-se a sua evolução ao longo do período em análise. Como se pode observar, tanto a Zona Euro como a UE registaram uma variação bastante significativa, -10,2 p.p. e -10,6 p.p., respetivamente. Contudo, a Hungria foi o único país a contrariar esta tendência, com um aumento de 1,7 p.p., e Malta o único que não sofreu qualquer variação.

Relativamente aos restantes países, todos eles registaram variações negativas, incluindo Espanha e Portugal com uma redução de 5 p.p. e 10,9 p.p., respetivamente, sendo que Portugal sofreu uma variação negativa superior à média da UE e Zona Euro.

Por fim, é possível observar países que registaram uma redução muito significativa, destacando-se a Eslováquia, Roménia, Alemanha e Bulgária com uma diminuição superior a 20 p.p..

Gráfico 8. Variação da taxa estatutária de 1998 a 2009



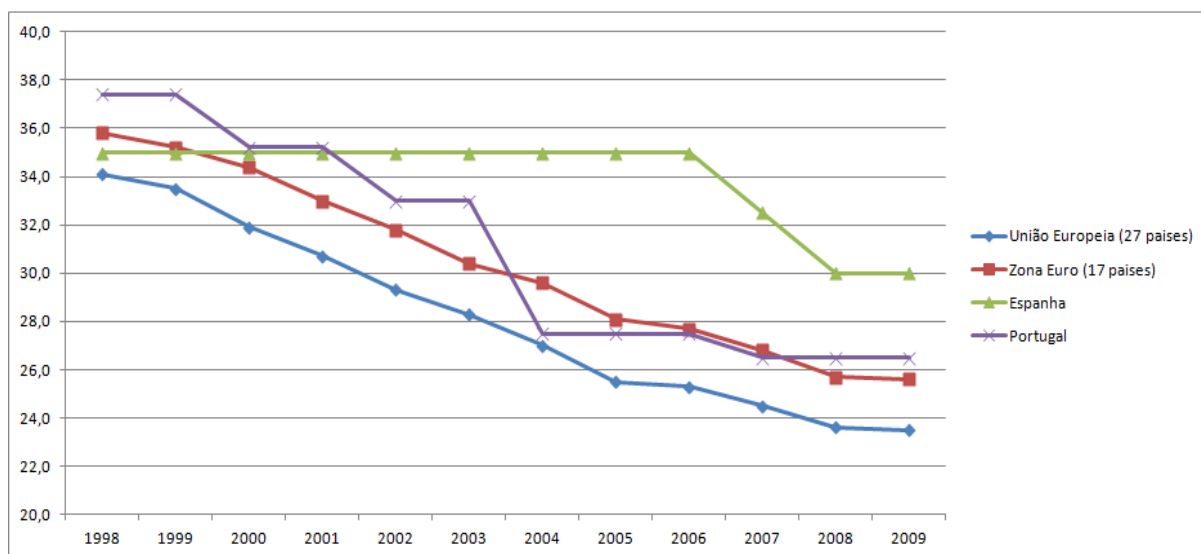
Fonte: Eurostat (2011)

O gráfico 9 apresenta a evolução das taxas estatutárias praticadas na UE desde o período de 1998 a 2009. Ao analisa-lo é possível identificar uma redução significativa da UE e Zona Euro ao longo de todo o período, com a Zona Euro a registar valores superiores face à UE.

Por outro lado, quando se analisa Portugal, verifica-se que teve uma variação bastante acentuada, registando uma diminuição mais significativa no ano de 2004 (-5,5 p.p.). Ainda assim, manteve-se sempre superior à média da UE.

Por fim, Espanha registou uma variação de 5,0 p.p., sendo que no entanto, esta só se deu no ano de 2007, apresentando valores superiores à média da UE, Zona Euro e Portugal a partir de 2002.

Gráfico 9. Evolução de 1998-2009 da EU-27vs Zona Euro-17vs Portugal vs Espanha



Fonte: Eurostat (2011)

Como foi referido no início deste subcapítulo, a taxa estatutária é um indicador pouco informativo, uma vez que não considera os efeitos dos diferentes aspetos da legislação fiscal. Entre elas, as regras de determinação da base tributável, os subsídios ou benefícios em termos da aplicação da taxa, os créditos fiscais e abatimentos à base tributável.

Neste sentido, o subcapítulo 4.4 tem em conta os diferentes aspetos da legislação fiscal e procura, através do quarto e último indicador, ultrapassar essas limitações.

4.4 Taxa média implícita de tributação

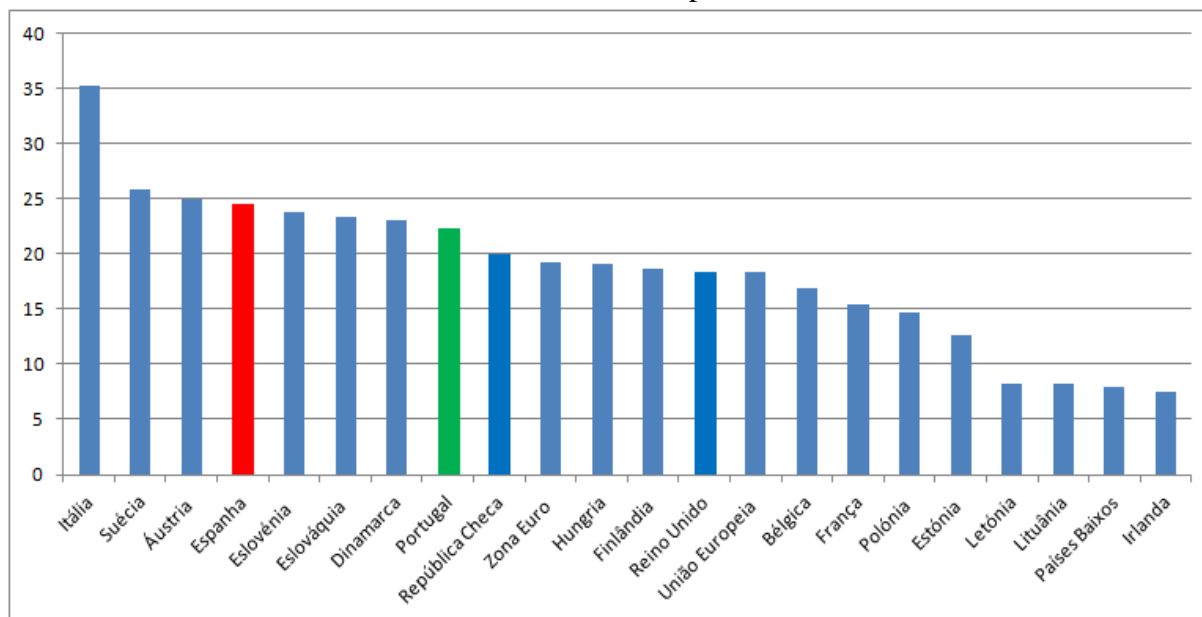
Relativamente à análise, tendo em conta a taxa média implícita, é importante referir que não estão disponíveis os dados deste indicador para os países da Alemanha, Bélgica, Bulgária, Chipre, Luxemburgo, Malta e Roménia.

Utilizando os dados dos restantes Estados-membros, pode-se concluir que a taxa média da UE e da Zona Euro são muito próximas, com um peso de 18,3% e 19,2%, respetivamente.

No que respeita a Espanha, esta apresenta uma taxa de 24,5%, assumindo-se como a quarta mais elevada da UE. Comparando-se com Portugal, este regista uma taxa inferior, em 2,2 p.p., apresentando-se contudo, superior à média da UE.

Por fim, pode-se observar uma elevada dispersão entre os países em análise, destacando-se Itália com uma taxa 35,2% e a Letónia, Lituânia, Holanda e Irlanda com uma taxa inferior a 8,5%.

Gráfico 10. Taxa média implícita em 2009



Fonte: Eurostat (2011)

*Foi considerada a taxa mais recente, 2006, para Portugal.

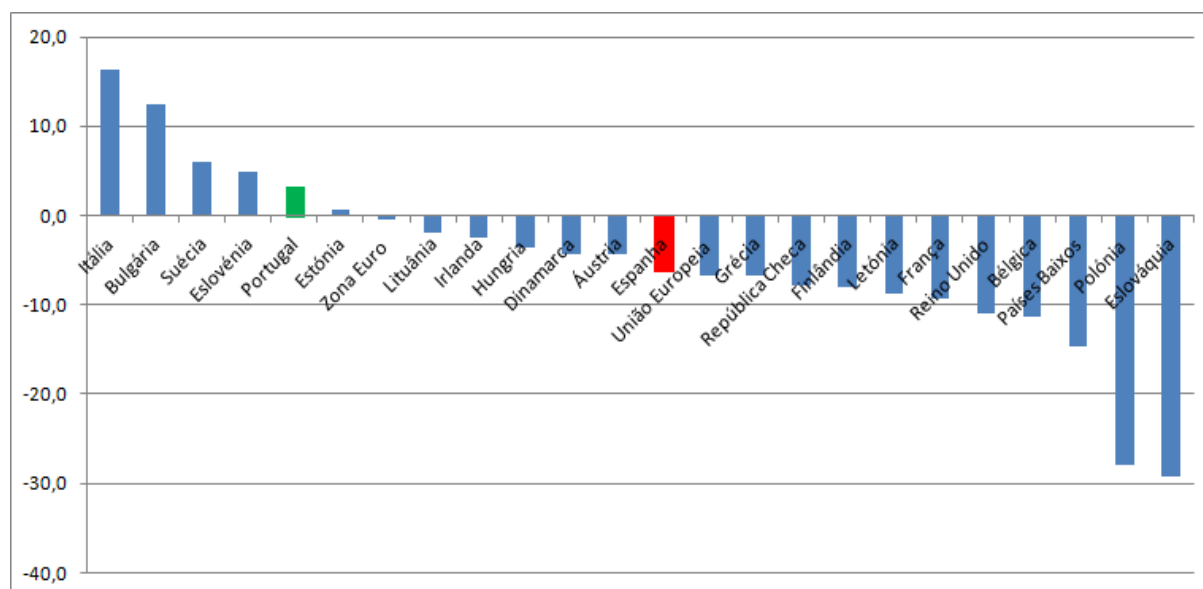
*não há dados disponíveis para a Bélgica, Bulgária, Alemanha, Chipre, Luxemburgo, Malta e Roménia.

Em relação ao gráfico 11, que apresenta as variações desta taxa no período em análise, pode-se identificar uma variação significativa relativamente à UE (-6,7 p.p.) e quase nula no que respeita à Zona Euro, cerca de -0,5 p.p..

Ao analisar-se a situação de cada país, pode verificar-se uma grande discrepância, sendo de referir que Portugal foi dos poucos que registou um incremento na sua taxa média implícita, apresentando uma evolução de 3,2 p.p. (no período de 1998 a 2006). No entanto, neste indicador foi a Itália que se destacou, apresentando uma variação de 16,4 p.p..

Por outro lado, Espanha seguiu a tendência da maioria dos países da UE, assinalando uma diminuição da sua taxa em 6,2 p.p., onde a Eslováquia e Bulgária registaram uma redução superior a 25 p.p..

Gráfico 11. Variação da taxa média implícita de 1998 a 2009



Fonte: Eurostat (2011)

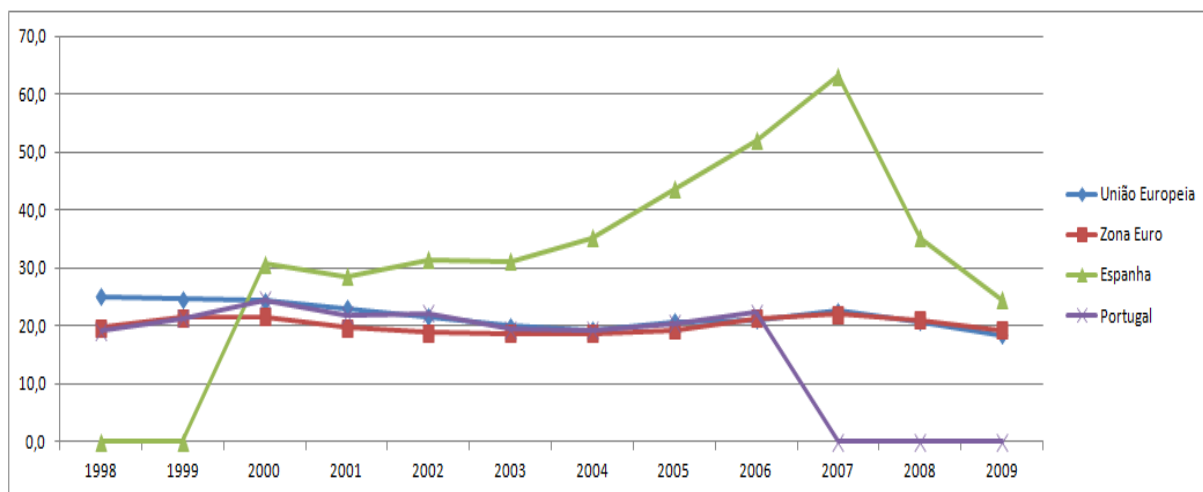
*não há dados disponíveis para a Alemanha, Chipre, Luxemburgo, Malta, Roménia.

**foram considerados os seguintes período para: Bulgária (2004-2007); Irlanda (2002-2009); Grécia (2000-2005); Espanha (2000-2009) e Portugal (1998 a 2006)

Por fim, tendo em conta a evolução deste último indicador, é notório que o crescimento tanto da UE como da Zona Euro tenha sido idêntico, com a Zona Euro a apresentar uma taxa mais elevada nos anos de 2006, 2008 e 2009.

Por outro lado, verifica-se que Portugal tem apresentado uma taxa muito semelhante à média dos Estados-membros, ao invés de Espanha que se apresenta como um “outlier” devido às elevadas taxas em relação aos restantes países. (gráfico 12)

Gráfico 12. Evolução de 1998 a 2009 da UE vs Zona Euro vs Portugal vs Espanha



Fonte: Eurostat (2011)

*não há dados disponíveis para o período de 1998 a 1999 para Espanha e de 2007 a 2009 para Portugal

5. Conclusão

Com este trabalho procurou-se estudar a evolução da tributação sobre as sociedades na UE para o período entre 1998 a 2009. Analisou-se qual o impacto da política orçamental adotada pelos respetivos países no rendimento das sociedades e comparou-se a posição de Portugal e Espanha face aos restantes Estados-membros.

A análise do presente estudo teve em conta os níveis de tributação sobre o rendimento das sociedades nos 27 Estados-membros que compõem a UE, através de quatro categorias de indicadores:

- Peso do imposto sobre as sociedades em relação ao PIB
- Peso do imposto sobre as sociedades em relação à tributação total
- Taxa estatutária do imposto
- Taxa média implícita de tributação

Este estudo foi realizado através dos dados obtidos a partir do Eurostat, sendo a amostra constituída pelos 27 países da UE e compreendeu os anos de 1998 a 2009.

Como se pode constatar através da revisão da literatura, a globalização da atividade económica, expressa através do aumento dos mercados de bens e serviços e dos mercados de capitais, conduziu a um aumento do peso da importância que a tributação sobre o rendimento das sociedades tem sobre as decisões fiscais das empresas.

Neste sentido, e sendo a UE um espaço económico integrado, o sistema tributário adotado por um Estado-membro sobre o rendimento das sociedades tornou-se uma variável importante no processo de decisão de localização de um investimento, o que levou a uma competição fiscal entre os Estados-membros sobre a tributação das sociedades.

No que se refere à evolução da tributação, tendo em conta o peso do imposto sobre as sociedades em relação ao PIB, pode-se concluir que houve uma redução da média da UE-27 no período de 1998 a 2009, de 3,0% para 2,3%, sendo de referir que a mesma teve um aumento de 0,4 p.p entre 1998 e 2007, seguindo-se uma quebra de 1,1 p.p..

Relativamente ao segundo indicador (peso do imposto sobre as sociedades em relação à tributação total), a sua evolução seguiu uma tendência idêntica ao primeiro, uma vez que a UE-27 registou um decréscimo de 1,3 p.p., no período em análise, sendo que para o período de 1998 a 2007 este indicador teve um crescimento de 1,3 p.p.

Este decréscimo, registado a partir do ano de 2007 para estes dois indicadores é em parte explicado pelo efeito da conjuntura económica que afetou os diversos setores, levando ao consequente decréscimo da economia dos vários países que integram a UE.

Quanto às taxas estatutárias do imposto sobre o rendimento das sociedades, assistiu-se a uma redução significativa no período em questão, uma vez que no ano 1998 para o conjunto da UE-27 tinha um valor médio de 34,1% contra os 23,5% registados em 2009. Diversos autores têm referido que a redução da taxa estatutária tem sido acompanhada de um alargamento da respetiva base tributável, que é influenciada, por um lado, pelas regras aplicáveis à sua determinação, nomeadamente, o regime de amortizações e reintegrações, regime de provisões, regras aplicáveis ao reporte de prejuízos, regras de preços de transferência, exclusão da dedutibilidade de certas despesas e, por outro lado, pela evolução da própria economia. Para efeitos desta análise, salienta-se o trabalho de Oliveira e Santos, (2005), para o período de 1998 a 2005 e o trabalho de Pereira, M., (2011), para o período subsequente.

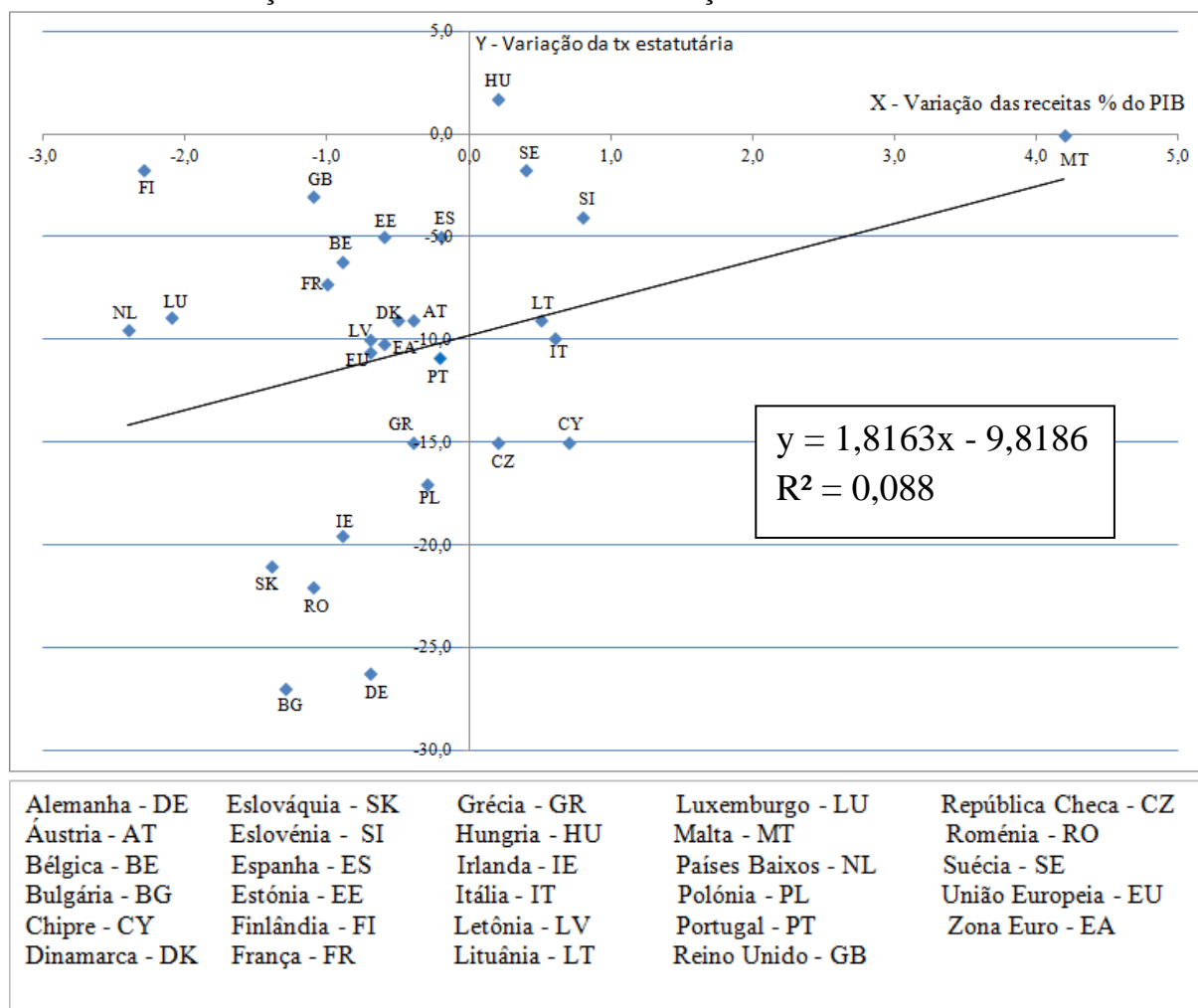
Por sua vez, através da análise da taxa média implícita conclui-se que o valor em %, tanto para UE como para a Zona Euro reduziu consideravelmente, apresentando uma variação de - 6,7 p.p. e - 0,5 p.p., respetivamente. Contudo, seria expectável que a redução da taxa estatutária e, consequente, aumento da base tributável, se refletisse num aumento da taxa média implícita e não o contrário. Esta evolução deve-se ao efeito da diminuição da taxa estatutária ser superior ao efeito do aumento da base tributável.

De forma a perceber a relação entre as receitas em % do PIB e a taxa estatutária, realizou-se o gráfico 13, que mostra a relação entre a variação do IRC em % do PIB (variável dependente - x) e a variação da taxa estatutária (variável independente - y). Através da análise do gráfico é possível verificar que a maioria dos países da UE se encontra no 3º quadrante, ou seja, registaram uma diminuição das duas variáveis em questão.

Pode-se também concluir, que nos países que se encontram no 3º quadrante, a diminuição da variação face à taxa estatutária não é proporcional à diminuição da variação das receitas do imposto em % do PIB, existindo uma elevada dispersão neste quadrante. Esta redução da taxa estatutária conduziu a um aumento do impacto das receitas fiscais em % do

PIB⁶, fator que pode ser explicado parcialmente através do aumento da base tributável, como já foi referido anteriormente. Como exemplo considera-se Portugal, que registou uma redução da sua taxa estatutária de 10,9 p.p. e, conseqüente redução de 0,2 p.p., das receitas de IRC em % do PIB, aumentando assim, o impacto das receitas em % do PIB face à taxa estatutária em vigor de 0,08% em 1998 para 0,11% em 2009.

Gráfico 13. Variação do IRC em % do PIB vs Variação da taxa estatutária de 1998 a 2009



Fonte: realizado pelos autores

Por outro lado, é possível identificar uma pequena amostra de países no 4º quadrante que registaram um crescimento das receitas em % do PIB face à diminuição da taxa estatutária.

⁶ Exceto a Finlândia que regista uma variação de -1,7 p.p., da taxa estatutária face a uma variação de -2,3 p.p., das receitas do imposto em % do PIB.

Por último, existem dois “outliers”, nomeadamente, Malta que registou um aumento de 4,2 p.p., das receitas em % do PIB sem assinalar qualquer variação na taxa estatutária e Hungria que é o único país que contraria esta tendência, uma vez que apresenta um aumento da variação da taxa estatutária de 1,7 p.p. e, consequente aumento das receitas em % do PIB de 2 p.p. (Tabelas 1,3 e 5).

Tabela 1. Análise do gráfico 13

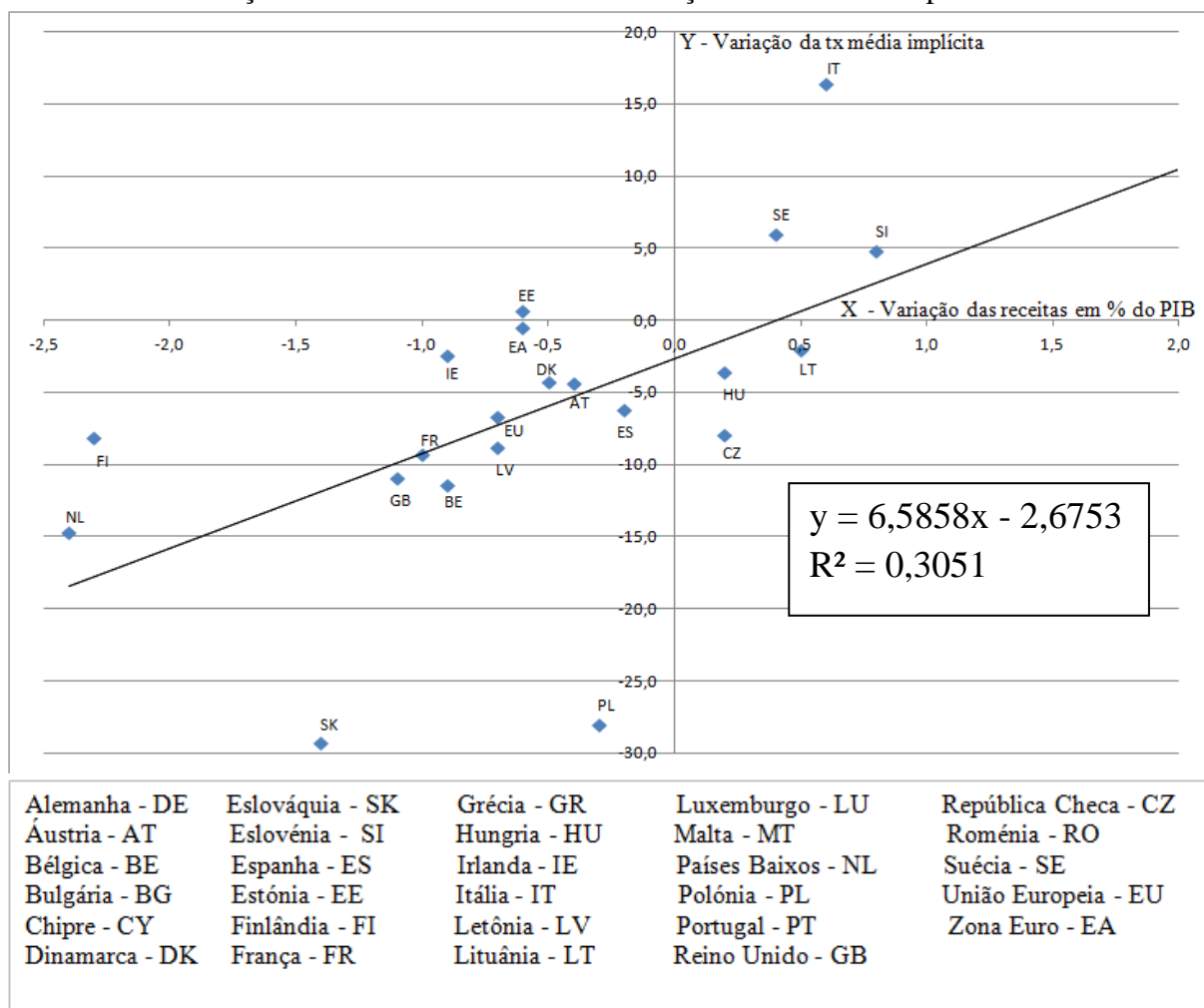
	X – Var das receitas % do PIB	Y – Var da taxa estatutária	Conclusões	Países
1º Quadrante	+	+	↗ Tx estatutária ↓ ↗ Receitas % do PIB	Hungria
2º Quadrante	-	+	↗ Tx estatutária ↓ ↘ Receitas % do PIB	-
3º Quadrante	-	-	↘ Tx estatutária ↓ ↘ Receitas % do PIB	Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Letónia, Luxemburgo, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, Roménia
4º Quadrante	+	-	↘ Tx estatutária ↓ ↗ Receitas % do PIB	Chipre, Eslovénia, Itália, Lituânia, República Checa, Suécia

Fonte: realizado pelos autores

Através do gráfico 14, que mostra a relação entre a variação do IRC em % do PIB (variável dependente – x) e a variação da taxa média implícita (variável independente – y), é possível ter uma perceção mais exata do peso da tributação em relação às receitas fiscais, uma vez que esta variável toma em consideração diferentes aspetos da legislação fiscal, como já foi referido anteriormente.

Posto isto e, tendo por base os dados disponíveis relativamente à taxa média implícita, verifica-se que a maioria dos Estados-membros estão distribuídos no 3º quadrante, registando uma diminuição da taxa média implícita, assim como, das receitas em % do PIB, existindo novamente um elevado nível de dispersão. Neste contexto, é possível constatar que os países que registaram efetivamente um aumento no impacto do peso das receitas fiscais foram a Bélgica, Eslováquia, Espanha, Letónia, Países Baixos, Polónia e o Reino Unido.

Gráfico 14. Variação do IRC em % do PIB vs Variação da tx média implícita de 1998 a 2009



Fonte: realizado pelos autores

*não há dados disponíveis para a Alemanha, Bulgária, Chipre, Grécia, Luxemburgo, Malta, Portugal e Roménia.

**foram considerados os seguintes período para: Irlanda (2002-2009); Espanha (2000-2009).

A tabela que se segue faz um breve resumo da relação entre a evolução das duas taxas em questão, onde a Eslovénia, Itália e Suécia registaram um aumento dos dois indicadores em questão. Já Hungria, Lituânia e República Checa situam-se no 4º quadrante devido ao aumento do PIB ser superior à diminuição da taxa média implícita, ou seja, o crescimento económico ser superior à variação da taxa. Contudo, no período de 2008/2009, estes países registaram uma diminuição significativa das receitas em % do PIB, fator explicado através da crise financeira que se instalou.

Tabela 2. Análise do gráfico 14

	X – Var das receitas % do PIB	Y – Var da taxa média implícita	Conclusões	Países
1º Quadrante	+	+	↗ Tx média implícita ↓ ↗ Receitas % do PIB	Eslovénia, Itália e Suécia
2º Quadrante	-	+	↗ Tx média implícita ↓ ↘ Receitas % do PIB	Estónia
3º Quadrante	-	-	↘ Tx média implícita ↓ ↘ Receitas % do PIB	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Letónia, Países Baixos, Polónia, Reino Unido
4º Quadrante	+	-	↘ Tx média implícita ↓ ↗ Receitas % do PIB	Hungria, Lituânia, República Checa

Fonte: realizado pelo autor

Em suma, a taxa de imposto sobre o rendimento das sociedades da UE tem vindo a diminuir significativamente, sendo que para Portugal esta evolução tem registado valores similares ou ligeiramente superiores à média dos Estados-membros. Relativamente a Espanha, esta regista um nível de tributação em média superior à UE e, consequentemente, superior a Portugal.

Uma das principais limitações deste estudo foi a falta de dados publicados por vários Estados-membros relativamente à taxa média implícita de tributação, inclusive Portugal, o que dificultou a análise do impacto da tributação sobre o rendimento das sociedades nesses países.

Como sugestões futuras, considera-se importante realizar mais investigações acerca desta temática, uma vez que é ainda pouco estudada. Por outro lado, considera-se fundamental realizar-se uma análise tendo em conta uma amostra mais extensiva, quer em termos do período de tempo como do número de Países observados. Por fim, outra sugestão seria a análise de outros indicadores que avaliem outras variáveis explicativas, permitindo assim, uma perspetiva cada vez mais aprofundada desta temática.

Referências bibliográficas

- Bond, S. R., Chennells, L., Devereux, M. P., Gammie, M., e Troup, E. 2000. **Corporate tax harmonization in Europe: A guide to the debate**. London: The Institute for Fiscal Studies
- Buijink, W., Janssen, B. e Schols, Y. 2002. Evidence of the effect of domicile on corporate average effective tax rates in the European Union. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. 11 (2): 115-130
- Devereux, M. P., Griffith, R. e Klemm, A. 2002. Corporate income tax reforms and international tax competition. **Journal of Economic Policy**, 17 (35): 449-495
- Elschner, C. e Vanborren, W. 2009. **Corporate effective tax rates in an enlarged European Union**. Taxation paper, 14. Directorate General Taxation and Customs Union, European Commission.
- European Commission 1997. **Towards tax co-ordination in the European Union: a package to tackle harmful tax competition**. Communication from the Commission to the Council.
- Frenkel, J., Razin, A. e Sadka, E. 1990. **Basic concepts of international taxation**. Working paper no. 3540, National Bureau of Economic Research.
- Hall, R. E. e Jorgenson, D. W. 1967. Tax Policy and Investment Behavior. *The American Economic Review*, 57 (3): 391-414.
- Hansson, A. e Olofsdotter, K. 2010. **Tax differences and foreign investment in the EU27**. Working paper 2010:3, Lund University, Department of Economics.
- Hanlon, M. and Heitzman, S. 2010, A review of tax research. *Journal of Account and Economics*, 50: 127-178.
- Lorenz, S. 2007, Determinants of Bilateral Effective Tax Rates: Empirical Evidence from OECD Countries, *Fiscal Studies*, 28 (2): 227-249.

- Moore, P. J., e Ruane, F. P. 2005, **Taxation and the Financial Structure of Foreign Direct Investment**. Discussion Paper no. 88, Institute for International Integration Studies.
- Oliveira, J. e Santos, J. 2005, **Tributação das Sociedades e Competitividade Fiscal na UE**, Documento de Trabalho nº 38, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Direcção-Geral de estudos e Previsão.
- Pereira, M. 2011, **Impacto da taxa de imposto que incide sobre o rendimento das empresas na atratividade do investimento direto estrangeiro nos países da União Europeia a 15**, Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade do Porto.
- Singh, K., e Hodder, J. E. 2000. Multinational Capital Structure and Financial Flexibility. *Journal of International Money and Finance*, 19: 853-884.
- Slemrod, J., 1992b, Do Taxes Matter? Evidence From The 1980s. *American Economic Review*, 82 (2): 250-256.

Anexos

Tabela 3. IRC em % do PIB de 1998 a 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União Europeia (27 países)	3,0	3,1	3,2	3,0	2,7	2,6	2,8	3,0	3,4	3,4	3,1	2,3
Zona Euro (17 países)	2,8	3,0	3,1	2,9	2,7	2,6	2,7	2,9	3,3	3,4	3,0	2,2
Bélgica	3,4	3,2	3,2	3,1	3,0	2,9	3,1	3,3	3,5	3,5	3,4	2,5
Bulgária	4,0	3,3	2,9	4,0	3,1	2,9	2,7	2,0	2,3	4,6	3,3	2,7
República Checa	3,4	3,8	3,5	4,1	4,3	4,6	4,7	4,5	4,8	5,0	4,2	3,6
Dinamarca	3,0	2,4	3,3	2,8	2,9	2,9	3,2	3,9	4,4	3,8	3,3	2,5
Alemanha	2,7	2,8	3,0	1,7	1,7	1,9	2,2	2,5	3,0	3,0	2,8	2,0
Estónia	2,4	1,9	0,9	0,7	1,1	1,6	1,7	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8
Irlanda	3,4	3,9	3,8	3,6	3,7	3,8	3,7	3,5	3,9	3,5	2,9	2,5
Grécia	2,8	3,1	4,1	3,4	3,4	2,9	3,0	3,3	2,7	2,5	2,5	2,4
Espanha	2,5	2,9	3,1	2,9	3,3	3,1	3,5	3,9	4,2	4,8	2,9	2,3
França	2,3	2,7	2,8	3,1	2,5	2,1	2,3	2,3	2,9	2,9	2,8	1,3
Itália	2,8	3,2	2,9	3,7	3,1	3,5	3,1	2,9	3,5	4,0	3,7	3,4
Chipre	5,8	6,7	6,2	6,2	6,0	4,3	3,7	4,6	5,5	6,8	7,0	6,5
Letónia	2,3	2,0	1,5	1,9	2,0	1,5	1,7	2,0	2,3	2,7	3,2	1,6
Lituânia	1,3	0,8	0,7	0,5	0,6	1,4	1,9	2,1	2,8	2,6	2,8	1,8
Luxemburgo	7,6	6,7	7,0	7,3	8,0	7,3	5,7	5,8	5,0	5,3	5,1	5,5
Hungria	2,1	2,3	2,2	2,3	2,3	2,2	2,1	2,2	2,4	2,8	2,7	2,3
Malta	2,5	2,7	2,9	3,2	3,9	4,5	4,1	4,5	5,0	6,1	6,7	6,7
Países Baixos	4,5	4,5	4,3	4,2	3,6	3,0	3,3	3,6	3,7	3,5	3,4	2,1
Áustria	2,3	2,0	2,2	3,3	2,4	2,3	2,4	2,3	2,3	2,6	2,6	1,9
Polónia	2,6	2,4	2,4	1,9	2,0	1,8	2,2	2,5	2,4	2,8	2,7	2,3
Portugal	3,1	3,5	3,7	3,3	3,3	2,8	2,9	2,7	2,9	3,6	3,7	2,9
Roménia	3,7	3,8	3,0	2,7	2,6	2,8	3,2	2,7	2,8	3,1	3,0	2,6
Eslovénia	1,0	1,2	1,2	1,3	1,6	1,7	1,9	2,8	3,0	3,2	2,5	1,8
Eslováquia	4,1	4,1	3,5	3,4	3,2	3,4	3,0	3,0	3,2	3,2	3,4	2,7
Finlândia	4,3	4,3	5,9	4,2	4,2	3,4	3,5	3,3	3,4	3,9	3,5	2,0
Suécia	2,6	3,0	3,8	2,6	2,0	2,2	2,9	3,6	3,6	3,8	2,9	3,0
Reino Unido	3,9	3,5	3,5	3,5	2,8	2,7	2,8	3,4	4,0	3,4	3,6	2,8
Desvio padrão Zona Euro	1,54	1,48	1,62	1,57	1,63	1,35	0,94	1,03	1,02	1,32	1,43	1,65
Desvio padrão UE 27	1,34	1,34	1,46	1,44	1,47	1,24	0,92	0,98	0,98	1,16	1,17	1,36

Fonte: Eurostat (2011)

Tabela 4. IRC em % da tributação total de 1998 a 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União Europeia (27 países)	7,4	7,6	7,9	7,5	6,8	6,7	7,1	7,6	8,6	8,7	8,0	6,1
Zona Euro (17 países)	6,8	7,3	7,6	7,2	6,7	6,6	7,0	7,2	8,2	8,5	7,7	5,7
Bélgica	7,4	7,1	7,1	6,9	6,7	6,4	6,9	7,4	8,0	7,9	7,6	5,8
Bulgária	12,6	10,7	9,1	12,9	10,9	9,3	8,4	6,3	7,4	13,7	10,3	9,4
República Checa	10,1	11,2	10,3	12,0	12,3	12,8	12,5	12,0	13,1	13,4	11,7	10,5
Dinamarca	6,1	4,8	6,6	5,8	6,0	6,1	6,5	7,7	8,8	7,8	6,8	5,1
Alemanha	6,5	6,8	7,1	4,3	4,2	4,7	5,7	6,5	7,7	7,7	7,0	5,1
Estónia	7,1	6,0	2,9	2,3	3,6	5,1	5,4	4,7	4,9	5,2	5,1	5,2
Irlanda	10,6	12,1	12,0	12,1	13,1	13,1	12,2	11,4	12,3	11,3	9,8	8,8
Grécia	8,6	9,4	12,0	10,1	10,0	9,1	9,6	10,3	8,6	7,9	7,9	8,0
Espanha	7,7	8,7	9,2	8,6	9,6	9,3	10,0	11,0	11,6	12,8	8,8	7,6
França	5,3	5,9	6,3	7,0	5,9	5,0	5,4	5,3	6,6	6,7	6,4	3,0
Itália	6,6	7,6	6,9	8,9	7,7	8,6	7,6	7,1	8,3	9,2	8,7	8,0
Chipre	20,9	23,9	20,6	20,1	19,2	13,1	11,1	13,1	15,0	16,6	18,0	18,4
Letónia	6,8	6,3	5,3	6,6	7,1	5,3	6,1	6,9	7,5	8,9	10,9	5,9
Lituânia	4,1	2,6	2,3	1,9	2,1	4,9	6,6	7,3	9,4	8,7	9,1	6,3
Luxemburgo	19,4	17,4	17,8	18,4	20,4	19,2	15,3	15,4	13,8	14,8	14,3	14,7
Hungria	5,5	5,9	5,6	6,0	6,1	5,9	5,7	5,8	6,4	7,1	6,7	5,8
Malta	9,7	10,0	10,3	10,6	12,3	14,5	12,6	13,3	14,8	17,7	19,8	19,7
Países Baixos	11,4	11,0	10,9	11,0	9,4	8,1	8,8	9,7	9,4	9,1	8,8	5,6
Áustria	5,3	4,5	5,0	7,2	5,5	5,3	5,6	5,5	5,6	6,2	6,2	4,4
Polónia	7,3	6,9	7,5	5,8	6,2	5,6	7,0	7,6	7,1	7,9	7,9	7,2
Portugal	10,1	11,3	12,0	10,6	10,5	8,8	9,4	8,5	9,1	10,9	11,2	9,3
Roménia	12,8	12,3	9,8	9,3	9,3	10,1	11,6	9,8	10,0	10,5	10,7	9,7
Eslovénia	2,6	3,1	3,1	3,4	4,1	4,6	5,0	7,2	7,7	8,6	6,7	4,9
Eslováquia	11,2	11,7	10,1	10,2	9,8	10,3	9,4	9,4	10,8	11,1	11,6	9,4
Finlândia	9,4	9,4	12,5	9,4	9,3	7,7	8,1	7,6	7,7	9,0	8,1	4,7
Suécia	5,1	5,9	7,3	5,3	4,3	4,6	6,0	7,3	7,5	8,0	6,3	6,4
Reino Unido	10,8	9,8	9,7	9,5	8,1	7,9	8,1	9,4	10,8	9,5	9,6	8,0
Desvio padrão Zona Euro	4,68	4,97	4,71	4,61	4,79	4,05	2,95	3,07	3,06	3,57	4,12	4,86
Desvio padrão UE 27	4,17	4,44	4,15	4,23	4,31	3,65	2,74	2,69	2,71	3,13	3,45	3,99

Fonte: Eurostat (2011)

Tabela 5. Taxa estatutária do imposto de 1998 a 2009

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União Europeia (27 países)	34,1	33,5	31,9	30,7	29,3	28,3	27,0	25,5	25,3	24,5	23,6	23,5
Zona Euro (17 países)	35,8	35,2	34,4	33,0	31,8	30,4	29,6	28,1	27,7	26,8	25,7	25,6
Bélgica	40,2	40,2	40,2	40,2	40,2	34	34	34	34	34	34	34
Bulgária	37	34,3	32,5	28	23,5	23,5	19,5	15	15	10	10	10
República Checa	35	35	31	31	31	31	28	26	24	24	21	20
Dinamarca	34	32	32	30	30	30	30	28	28	25	25	25
Alemanha	56	51,6	51,6	38,3	38,3	39,6	38,3	38,7	38,7	38,7	29,8	29,8
Estónia	26	26	26	26	26	26	26	24	23	22	21	21
Irlanda	32	28	24	20	16	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5	12,5
Grécia	40	40	40	37,5	35	35	35	32	29	25	25	25
Espanha	35	35	35	35	35	35	35	35	35	32,5	30	30
França	41,7	40	37,8	36,4	35,4	35,4	35,4	35	34,4	34,4	34,4	34,4
Itália	41,3	41,3	41,3	40,3	40,3	38,3	37,3	37,3	37,3	37,3	31,4	31,4
Chipre	25	25	29	28	28	15	15	10	10	10	10	10
Letónia	25	25	25	25	22	19	15	15	15	15	15	15
Lituânia	29	29	24	24	15	15	15	15	19	18	15	20
Luxemburgo	37,5	37,5	37,5	37,5	30,4	30,4	30,4	33,4	29,6	29,6	29,6	28,6
Hungria	19,6	19,6	19,6	19,6	19,6	19,6	17,6	17,5	17,5	21,3	21,3	21,3
Malta	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Países Baixos	35	35	35	35	34,5	34,5	34,5	31,5	29,6	25,5	25,5	25,5
Áustria	34	34	34	34	34	34	34	25	25	25	25	25
Polónia	36	34	30	28	28	27	19	19	19	19	19	19
Portugal	37,4	37,4	35,2	35,20	33	33	27,5	27,5	27,5	26,5	26,5	26,5
Roménia	38	38	25	25	25	25	25	16	16	16	16	16
Eslovénia	25	25	25	25	25	25	25	25	25	23	22	21
Eslováquia	40	40	29	29	25	25	19	19	19	19	19	19
Finlândia	28	28	29	29	29	29	29	26	26	26	26	26
Suécia	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	28	26,3
Reino Unido	31	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	28
Desvio padrão Zona Euro	7,44	6,89	6,80	5,65	6,15	7,37	7,58	8,13	7,95	7,91	6,94	6,94
Desvio padrão UE 27	7,04	6,59	6,63	5,65	6,45	7,04	7,60	8,06	7,68	7,70	7,03	6,78

Fonte: Eurostat (2011)**Tabela 6. Taxa média implícita de 1998 a 2009**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
União Europeia	25,0	24,6	24,3	23,1	21,5	20,0	19,3	20,8	21,0	22,6	20,8	18,3
Zona Euro	19,7	21,4	21,5	19,7	18,8	18,7	18,7	19,3	21,3	22,0	20,9	19,2
Bélgica	28,3	27,9	24,4	24,2	23,2	22,3	22,0	22,0	22,6	21,0	21,6	16,9
Bulgária	:	:	:	:	:	:	15,9	:	12,6	28,3	:	:
República Checa	27,8	30,1	26,2	28,2	30,3	32,0	29,8	25,5	25,5	25,7	23,8	19,9
Dinamarca	27,4	19,7	23,1	21,1	20,0	22,3	24,9	26,7	28,7	29,1	24,0	23,1
Alemanha												
Estónia	11,9	8,9	4,1	3,0	4,7	6,5	6,9	5,7	5,8	7,1	8,0	12,6
Irlanda	:	:	:	:	9,9	10,1	10,3	10,1	10,4	8,9	8,0	7,5
Grécia	:	:	26,4	20,7	21,4	17,9	17,0	19,7	:	:	:	:
Espanha	:	:	30,7	28,5	31,4	31,2	35,2	43,5	51,9	63,1	35,1	24,5
França	24,7	28,7	29,6	32,9	29,0	24,4	26,4	26,1	31,8	28,4	27,0	15,4
Itália	18,8	22,4	19,2	23,6	20,9	24,6	21,3	20,7	27,0	30,4	32,3	35,2
Chipre	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Letónia	17,1	12,5	8,6	8,8	8,3	6,6	7,9	9,6	11,0	13,0	17,9	8,3
Lituânia	10,3	7,4	3,9	2,5	2,6	5,7	7,2	8,0	10,8	9,8	11,1	8,3
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Hungria	22,7	25,8	28,7	25,6	20,1	19,3	17,4	18,3	15,5	18,3	18,9	19,1
Malta	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	22,7	21,8	18,4	17,2	18,0	14,4	14,4	12,4	12,0	10,2	11,1	8,0
Áustria	29,4	27,6	27,1	37,6	28,7	27,1	26,2	23,7	23,1	24,3	25,2	25,0
Polónia	42,7	42,5	37,1	37,2	37,0	21,9	18,6	21,0	19,0	20,4	20,3	14,7
Portugal	19,1	21,3	24,5	21,8	22,1	19,4	19,3	20,5	22,3			
Roménia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Eslovénia	19,0	16,6	19,6	22,2	24,6	21,0	23,0	33,8	30,5	30,5	28,3	23,8
Eslováquia	52,7	49,7	40,2	32,5	34,4	34,8	22,6	23,3	20,3	19,8	22,0	23,4
Finlândia	26,7	26,2	31,2	19,1	22,2	20,0	19,5	18,7	16,4	18,2	19,6	18,6
Suécia	19,8	24,0	32,7	23,7	18,8	18,1	18,1	23,3	18,4	23,2	17,4	25,8
Reino Unido	29,3	30,1	31,0	31,9	23,8	19,5	19,6	23,7	26,1	22,8	22,8	18,4
Desvio padrão Zona Euro	10,56	10,07	8,57	8,66	7,93	7,59	7,02	9,38	11,60	14,77	8,89	7,88
Desvio padrão UE 27	9,65	9,90	9,38	9,36	8,76	7,69	6,87	8,30	9,71	11,50	7,13	7,02

Fonte: Eurostat (2011)